

Agroecologia: metamorfoses no cotidiano da Zona Norte do Rio de Janeiro

Agroecology: metamorphosis of everyday life in the northern zone of Rio de Janeiro

RODRIGO ROSSI MORELATO

Bacharel em Cinema e Audiovisual (UFF), Mestre e Doutor em Comunicação (PPGCOM-UERJ).

CLAUDIA DOMINGUES

Graduada em direito e psicologia. Mestre em psicanálise (PGPSA-UERJ) e doutora em comunicação (PPGCOM-UERJ)

RESUMO

O artigo descreve como atividades comunitárias desenvolvidas por um grupo de moradores das favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro operam uma metamorfose no cotidiano. Fruto de uma pesquisa participante, perseguiremos parte da história da cidade, as vicissitudes de um fragmento florestal e as atividades criativas de um grupo, os “verdejantes” da Serra da Misericórdia. Através do exemplo das transfigurações realizadas pela compostagem residencial, demonstraremos como a agroecologia praticada nas terras cariocas possui algumas das soluções criativas para conter a desertificação do planeta.

Palavras-chave: Cidade; Serra da Misericórdia (RJ); Compostagem.

ABSTRACT

The article describes how community activities developed by a group of favela residents in the North Zone of Rio de Janeiro operate a metamorphosis in everyday life. As a result of participatory research, we will pursue part of the city's history, the vicissitudes of a forest fragment, and the creative activities of a group, the “verdejantes” of Serra da Misericórdia. Through the example of the transfigurations carried out by residential composting, we will demonstrate how the agroecology practiced in the lands of Rio has some of the creative solutions to contain the desertification of the planet.

Keywords: City; Serra da Misericórdia (RJ); Composting.

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida internacionalmente por sua paisagem deslumbrante, sua diversidade cultural e sua insólita trajetória para a história do Brasil. Com enormes florestas contidas na mancha urbana, presença de rios, cachoeiras, lagoas e praias, diversos pontões rochosos, além de uma parcela de terra de lavoura permanente ou temporária, é a segunda maior cidade do país e possui, ainda hoje, mais da metade (50,1%) de sua superfície composta de áreas não edificadas (IPP, 2018)^[1].

Desde a década de 1990, as terras cariocas têm hospedado fóruns internacionais voltados à governança global, como a Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92) e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Essas conferências deram ênfase a outras epistemologias de desenvolvimento (TUFTE, 2017) diferentes daquelas originadas exclusivamente pelo Norte Global.

No contexto de uma questão ambiental cada vez mais urgente, o protagonismo renovado das cidades, a presença universal de tecnologias da comunicação e a constituição de um espaço de ação cosmopolita em nossas práticas mais cotidianas são elementos que levam a uma lógica da metamorfose da ordem social e política (BECK, 2016). Partindo desses pressupostos, nos questionamos: as práticas da agroecologia podem ser capazes de conter a desertificação do planeta?

Partimos da hipótese de que tal desertificação é, ao mesmo tempo, ambiental, social e subjetiva (GUATTARI, 1990), sendo a agroecologia um tipo metamorfose do mundo, da vida e das práticas cotidianas que se entretetece em ações criativas da vida cotidiana. Fruto de uma pesquisa participante, neste artigo, perseguiremos as atividades de compostagem residencial que acontecem numa horta comunitária na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Num primeiro movimento, percorreremos parte da história cultural da cidade, em especial no que diz respeito às florestas preservadas e ao lixo ocultado. Num segundo movimento, apresentaremos parte da trajetória coletiva de um grupo de “agroecologistas” das favelas dessa parte da cidade. Num terceiro momento, evidenciaremos a metamorfose operada pelos processos de compostagem residencial. Em nosso último movimento, teceremos comentários sobre a agroecologia enquanto forma de ação e pensamento que preza pela diversidade epistemológica necessária nos tempos em que vivemos.

RIO DE JANEIRO: A CIDADE, A FLORESTA E O LIXO

Uma das consequências da sociedade de risco que vivenciamos com a crise climática (BECK, 2018) foi o surgimento de novas métricas capazes de mensurar o desenvolvimento. Em 1997, por exemplo, foi forjado pela Organização Mundial da Saúde um novo índice para as cidades do globo: para cada um de seus habitantes, elas deveriam contar com 12m² de áreas verdes.

Segundo essa métrica, o Rio de Janeiro pode ser a cidade considerada uma das mais desenvolvidas de todo o globo. Aqui o índice de área verde por habitante é cerca de quatro vezes superior ao sugerido pelo organismo das Nações Unidas: cerca de 55,80m² de área verde por habitante^[2].

Há, no entanto, uma série de contraditórios e assimetrias quando mencionamos o “desenvolvimento sustentável” carioca. As áreas verdes do Rio de Janeiro não se encontram igualmente distribuídas: bairros da Zona Sul da cidade contam com cerca de 52m² de área verde por habitante; em alguns bairros da Zona Oeste, o índice oscila entre 85m² e 148m²; nos bairros da Zona Norte, a região mais populosa da cidade, esse índice é inferior a 1m² de área verde por habitante^[3].

Outra diretriz diz respeito à produção e ao consumo responsáveis, em contraposição a uma atitude hiperconsumista e individualista que vigora em nossas sociedades: uma cultura do “mais gozar”. Conforme assinala Lipovetsky “[...] espalha-se toda uma cultura que convida apreciar os prazeres do instante, a gozar a felicidade aqui e agora, a viver para si mesmo” (2007, p. 102). Um hedonismo individual de um gozo autônomo e narcísico, em que não se pode compartilhar com o outro, ignorando a potência do viver comunitário.

Em muito devido a pressões da sociedade civil, essas conferências da Organização das Nações Unidas levaram também à adoção de novo modelo de gestão para os resíduos produzidos em todo o país, com a elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010), que previa o fechamento de todos os “lixões” existentes no Brasil num período de quatro anos, a formalização do trabalho e das associações de catadores de materiais recicláveis e a implementação das centrais de tratamentos de resíduos.

Nos dias que correm, a cidade do Rio de Janeiro produz diariamente 8.000 toneladas de “lixo”, sendo apenas uma pequena parcela destinada à reciclagem^[4]. A maioria é destinada ao Centro de Tratamento de Resíduos localizado na cidade vizinha de Seropédica, onde abundam denúncias de manejo irregular, vazamentos e poluição, quando não são despejados irregularmente em encostas, nas ruas e até mesmo nos corpos d’água desta cidade que deseja se apresentar como sustentável.

A questão do verde exuberante que a cidade exhibe e das montanhas de resíduos que esconde nos remetem a valores simbólicos que ordenam nossa tratativa com essas matérias. Segundo a antropóloga Mary Douglas (2014), um dos grandes marcos do pensamento ocidental é marcado

pelo binômio pureza-poluição. Trata-se, portanto, de uma operação simbólica, entretecida na materialidade da vida, ordenando o que entendemos por higiene e convenções sociais, que faz sua manutenção ao preservar a pureza e dirimir a poluição. Ao longo dos séculos XIX e XX, as questões de pureza e poluição passaram também a contar com componentes técnicos e científicos à sua consecução.

É fato bastante conhecido que a manutenção das florestas cariocas se deu por uma questão sanitária: foi devido à insegurança hídrica da cidade que o Maciço da Tijuca foi reflorestado por Dom Pedro II, ainda no século XIX (DRUMMOND, 1998); bem como foram preservadas, ao longo do século XX, as matas da Zona Oeste que viriam a dar forma ao Parque Estadual da Pedra Branca, em 1975 (FERNANDEZ, 2009). Acrescidas à questão das águas que disponibilizavam, as florestas da cidade também proporcionavam o “ar puro” e um vasto espaço contemplativo e convidativo à prática do exercício físico junto à Natureza, possibilidade de purificação das atividades da sempre suja cidade.

A fama de uma cidade imunda, assolada por pestes dos trópicos, por um ordenamento urbano precário e pela suposta incivilidade de seus habitantes também é dado histórico e fartamente documentado por viajantes que aqui passaram desde ao menos o século XVIII. Segundo a antropóloga Maria Raquel Passos Lima (2021), a questão da limpeza urbana do Rio de Janeiro ganha maior relevância no século XIX, quando se tornou capital do Estado português e, posteriormente, do brasileiro. As convenções sociais que regem a separação entre a pureza e a poluição passaram pela constituição racista e escravocrata de nossa sociedade, em que também a pobreza e a cor da pele das pessoas foram componentes a serem segregados e alijados da cidade. A ascendência da técnica, tanto para a administração pública quanto para o manejo das sujidades, sobretudo no século XX, levou a uma separação cada vez maior entre as pessoas, e qualquer tipo de resto que se apresentasse à percepção deveria ser ocultado pela incineração ou ser induzido ao deslocamento físico.

Há, no entanto, formas de habitar esta cidade que prezam por outras maneiras de purificação ritual. Antes de separar aprioristicamente floresta e cidade, desenvolvendo regimes de visibilidade marcados pela proximidade quanto aos benefícios da primeira e de afastamento quanto aos malefícios da segunda, o movimento agroecológico carioca as aproxima através de detido trabalho da compostagem residencial: uma tecnologia de prolongamento da vida mediatizada pelos resíduos da floresta e da cidade.

Em vez de separar, busca-se integrar. Em vez de eliminar e excluir, procura-se reaproveitar e alongar o ciclo de vida do que foi consumido. Movimento que não apenas embaralha os limites entre pureza e impureza, entre a cidade e a floresta, entre o lixo e o adubo, mas deseja reordenar nosso relacionamento subjetivo, social, econômico e político com a cidade, a natureza e o lixo.

Se trata de uma mudança de atitude que equivale a uma metamorfose subjetiva, social e ambiental, e corresponde à visão holística proposta por Félix Guattari, ao lembrar que “[...] a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, mecanosfera e universos de referências sociais e individuais” (GUATTARI, 1990, p. 25).

■ VERDEJAR: O PEDIDO DA MONTANHA

Entre os séculos XVIII e XIX, a Serra da Misericórdia servia de divisor natural entre as freguesias rurais de Inhaúma e Irajá. Antiga área de engenhos de cana de açúcar, como até hoje denuncia a toponímia do bairro do Engenho da Rainha, onde Carlota Joaquina (Rainha Consorte de Portugal, esposa do Rei Dom João VI) possuiu um engenho, ali também foi aclimatado o café, que posteriormente se espalharia pelo Vale do Paraíba, garantindo a sustentação econômica do Império brasileiro (CAVALCANTI, 2004).

Exaurida pela monocultura da cana e do café, cercada de indústrias e alvo da especulação imobiliária, as terras da Serra da Misericórdia pareciam um tipo de deserto: nada mais crescia afora o capim colonião, uma forrageira vigorosa e de origem africana, aqui introduzida pelos portugueses como parte de sua empreitada colonial – ela servia de alimento para os bois, força motriz para os engenhos e meio de transporte de bens.

Atualmente, a Serra da Misericórdia é cercada por vinte e seis bairros, dentre os quais cinco complexos de favelas, sendo o último remanescente florestal da área mais populosa da cidade da Zona Norte do Rio de Janeiro. Lá, um grupo de moradores das favelas que pontilham a montanha tem se empenhado no mapeamento de trilhas e nascentes, em atividades de reflorestamento, na realização de caminhadas educativas, na bioconstrução de cozinhas comunitárias ou de sistemas de captação de água de chuva, no manejo de um sistema agroflorestal e no cultivo de frutas, verduras e legumes em uma horta comunitária: são os “verdejantes” que formam o movimento social Verdejar Socioambiental.



O nome dessa comunidade provém da poesia “Verdejar”, composta pelo fundador do grupo, Luiz Marins, o Luiz Poeta (1957~2011). Ele ficou assim conhecido devido a seu hábito de compilar experiências em versos que recitava àqueles que iniciava na preservação da Serra da Misericórdia. Isso porque, como se sabe, “(...) uma vez que numa cultura oral o conhecimento conceitual que não é reproduzido em voz alta logo desaparece, é preciso desprender uma grande energia em dizer repetidas vezes o que foi apreendido arduamente através dos tempos” (ONG, 1998, p 52).

VERDEJAR

Morar em Piabas: quando será?
A Serra é quem clama: misericórdia!
Porém, entre balas e fumaças, Zona Norte, Rio
a serra se lança em seu maior desafio: Verdejar Já!

Já te amo, Serra da Misericórdia: te amo!
O seu verde precisa verdejar
nessa redondeza sem paz, pálida e poluída.
Te amo Serra da Misericórdia, te amo!

Penha, Inhaúma, Olaria, Complexo do Alemão,
Engenho da Rainha, Tomás Coelho,
Vila da Penha e Penha Circular
circundam a Serra da Misericórdia!

Te amo Serra da Misericórdia, te amo!
O seu verde precisa verdejar
nessa redondeza sem paz, pálida e poluída!
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!^[5]

Durante muitos anos os “verdejantes” se entenderam enquanto um grupo ambientalista que buscava preservar o remanescente verde da Serra da Misericórdia dos malefícios da cidade em permanente expansão. Desde o começo dos anos 2000, quando passaram a se envolver ativamente, o movimento agroecológico e suas atividades têm passado por uma lenta metamorfose: de ambientalistas, passaram a se considerar “agroecologistas”, em muito interessados na integração entre a cidade, a favela e a floresta.



Na atualidade, uma de suas principais atividades é o manejo coletivo de uma horta comunitária de 300m², um espaço de integração entre a favela Sergio Silva (bairro do Engenho da Rainha) e o remanescente verde. Essa pequena horta foi criada como uma tática de enfrentamento aos grileiros que loteavam irregularmente a Serra da Misericórdia. Certa noite, os “verdejantes” arrancaram as marcações dos lotes e plantaram as primeiras mudas no local. Para não arrear pé de um palmo de terra já reflorestada, o acampamento se transformou numa ocupação permanente: uma horta comunitária que produz alimentos e ervas medicinais, gera convivência comunitária e promove oficinas de educação ambiental e agroecologia.

No dia 16 de agosto de 2022, estivemos nessa pequena horta, em um dia muito especial: seria feita uma das visitas de conformidade do Sistema Participativo de Garantia da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (SPG-ABIO). Essa iniciativa de economia solidária possibilitaria a renovação da certificação orgânica do espaço produtivo. Para tanto, os “verdejantes” participaram de diversas reuniões de conformidade, visitaram outros espaços e mantiveram um pequeno relatório escrito sobre sua produção – em que constavam a origem das

mudas e sementes, as técnicas de manejo, o inventário das variedades cultivadas, uma lista das pessoas envolvidas com o plantio, entre outras informações.

Fazem parte das visitas dos técnicos ligados ao SPG-ABIO uma roda de conversa com os agricultores, uma visita de inspeção pela área produtiva e seus arredores, a verificação dos cadernos de manejo da horta e o preenchimento de uma série de fichas que interrogam, por exemplo, qual a destinação do lixo produzido pelas atividades que ali acontecem.

Foi nesse momento que um jovem agricultor, o principal responsável pelo manejo das composteiras da horta, pediu a palavra. Na verdade, ele sugeria uma retificação do formulário do SPG-ABIO, pois em uma de suas tabelas o documento questionava sobre o destino do lixo produzido na horta comunitária.

- Eu só queria falar que aqui a gente não trabalha com lixo... Nós trabalhamos com resíduos, que vão pra composteira ou pro ponto de reciclagem lá de baixo...

A fala do jovem agricultor buscava informar aos técnicos quanto ao equívoco no formulário: para a agricultura da cidade a produção de biofertilizantes – o composto orgânico tão fundamental para a adubação da horta – acontecia com um detido trabalho com resíduos provenientes das casas da comunidade – como cascas de frutas e legumes, restos de hortaliças, cascas de ovo, borra de café ou restos de alimentos – e de matéria seca produzida pelo remanescente verde – como galhos e folhas de árvores. Semanalmente, não apenas ele como também outros “verdejantes” traziam os resíduos orgânicos de casa, em pequenos baldes; também recolhiam o que era produzido por algumas casas dos arredores da horta e, com o comprometido manejo das composteiras, faziam uma gestão agroecológica dessas sobras que, metamorfoseadas em adubo, eram reintroduzidas nos canteiros, prolongando a vida em novos vegetais a serem colhidos.

Recentemente, uma nova normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Instrução Normativa Nº 61, de 08 de julho de 2020) já havia considerado a compostagem residencial como uma técnica de produção de biofertilizantes de alta qualidade, em substituição à normativa anterior (Instrução Normativa Nº 25 de 23 de julho de 2009), que considerava a compostagem residencial como proveniente de lixo e, portanto, inadequada ao uso em processos de produção de alimentos orgânicos.

Essas informações preciosas e ignoradas pelos técnicos haviam circulado recentemente por grupos de *whatsapp* do movimento agroecológico da cidade. Demonstrem que o cosmopolitismo das práticas sociais, auxiliadas pelas tecnologias digitais, tem transfigurando práticas rurais e urbanas ao fazer com que “[...] o que era completamente impensável ontem é possível e real hoje, criando um quadro de referência cosmopolita” (BECK, 2018, p. 59), como a produção de alimentos orgânicos na favela.

As atividades de compostagem não apenas transformam resíduos em adubo de excelente qualidade, reinserindo esses “restos” no ciclo da produção agroecológica e da vida. Elas desempenham um importante papel de educação ambiental e de iniciação aos princípios da agroecologia, uma vez que a compostagem é uma atividade coletiva que gera reflexividade e reflexão (BECK, 2018, p. 88) sobre hábitos alimentares e de consumo, convidando a participar de novas práticas sociais.

Quando falamos em compostagem, na verdade, nos referimos a um tipo muito especial de metamorfose, o qual possui aspecto híbrido (LATOURE, 2012). O primeiro, talvez mais evidente, diz respeito à transformação da própria matéria – isto é, galhos, folhas e restos de alimentos – em biofertilizantes através de uma série de técnicas adequadas, o que nos faz pensar a composteira como um “casulo” (COCCIA, 2020) que leva ao rejuvenescimento do mundo e nos leva a pensar na vida como um prolongamento de diversas formas. O segundo, talvez mais sutil, diz respeito às formas coletivas de produção de sentido e conhecimento, pois, com a mediação desse não humano – a própria composteira –, laços sociais de vínculo comunitário são estabelecidos entre pessoas e lugar, o que nos leva a pensar o caráter “associativo” (COCCIA, 2020) das metamorfoses.

METAMORFOSE: MATÉRIA E SUBJETIVIDADE

Para melhor compreender a extensão da noção de metamorfose na vida cotidiana, nos apoiaremos nos estudos do filósofo italiano Emanuele Coccia, que utiliza como linha condutora de sua fenomenologia a transitividade das formas que se experimenta ao longo da vida, incluindo em sua reflexão tanto humanos como não humanos. Segundo o autor, a metamorfose se apresenta segundo uma dupla evidência, pois

[...] cada ser vivo é em si mesmo uma pluralidade de formas – simultaneamente presentes e sucessivas –, mas cada uma dessas formas não existe de maneira verdadeiramente autônoma, separada, pois cada qual se define em continuidade imediata e com uma infinidade de outras antes e depois dela mesma. A metamorfose é, a um só tempo, a força que permite a todos os seres vivos espelharem-se simultânea e sucessivamente por várias formas e o sopro que permite às formas conectarem-se entre si, passarem de uma para outra. (COCCIA, 2020, p. 20).

Uma das maneiras de se estudar as metamorfoses é através da “[...] composição em uma única linha de vida de duas formas e dois mundos drasticamente distintos” (COCCIA, 2020, p. 74).

Em veemente crítica ao pensamento descritivo e empírico forjado no século XVIII, o filósofo italiano nos chama a atenção para que duas dessas formas conhecidas dos insetos – a de ovo e a de casulo – são

“[...] obra e médium da metamorfose, é também o paradoxo de um corpo cujo primeiro objetivo é o de ligar o indivíduo de maneira indissolúvel ao seu entorno” (COCCIA, 2020, p. 81). Nós, humanos, também fazemos parte dessa transfiguração, afinal, “[...] a cada vez que ingerimos um ser vivo, seja ele vegetal ou animal, somos simultaneamente o local, o sujeito e o objeto da metamorfose” (COCCIA, 2020, p.102).

Nesse sentido, as metamorfoses são técnicas de rejuvenescimento do mundo (COCCIA, 2020), onde o princípio e o fim são rearticulados pela transitividade circular da vida em suas diversas formas. Uma das maneiras como essas questões se apresentam em nossa pesquisa é através das práticas de compostagem, afinal, aquilo que consideramos como fim de nossas atividades de produção e consumo, os resíduos, podem ser a condição para o início de um novo ciclo vivente ao se metamorfosear no adubo tão necessário às mudas do canteiro da horta comunitária da Serra da Misericórdia.

Em outra oportunidade, voltamos à horta comunitária e pudemos acompanhar o jovem no manejo das composteiras. Como acontece todas as semanas, ele havia trazido resíduos de casa e coletado os restos de alimentos junto a alguns moradores da comunidade. Após pesar os restos e anotar em um aplicativo do seu celular o volume de material a ser compostado, era momento de agregá-lo à composteira.

Estruturadas em formato de leira, as composteiras ficam numa das extremidades da horta comunitária e se assemelham a uma pilha de terra coberta de galhos e folhas. Enquanto fazia o manejo, o jovem nos explicava as técnicas que utilizava. Com o auxílio de uma enxada, abria a composteira e remexia os resíduos úmidos de seu interior. Na sequência, o dobro de volume em folhas secas e pequenos gravetos que tinha recolhido dos arredores com a ajuda de um ancinho. Em determinado momento, largou a enxada e se abaixou repentinamente, recolhendo um inseto daquela pilha de matéria orgânica.

- Olha só, tá vendo? Esse aqui é um gongolo. Ele é um indicador de que a composteira está num ritmo bom de compostagem. Se abrir muitas vezes na semana ou não mexer nunca, a compostagem desanda...

Atividades como essa – em que há a demonstração do uso do corpo e de ferramentas num ato autorizado, acompanhado pela fala – proporcionam a iniciação ao manejo correto dos resíduos e se socializa a leitura de mundo da agroecologia, em que outras formas de vida, como os miriápodes, também participam. É através da demonstração amorosa das técnicas do corpo (MAUSS, 2017) que a educação popular, sensível e compreensiva (PAIVA, 2022) do movimento agroecológico se exerce, com forte presença da comunicação comunitária. Antes, portanto, de uma prática educativa que deseja a interiorização de valores através do exercício da racionalidade abstrata, esse tipo de comunicação parte de um deslumbramento que gera vínculos sociais e ações transformadoras sobre a realidade.

Segundo Raquel Paiva (2020), essas práticas podem ser uma porta de entrada para algumas das Epistemologias do Sul, ao exemplo da utopia freireana que valoriza o saber vivo dos indivíduos, em que os aspectos sensoriais e o maravilhamento do mundo constituem formas de construção de uma “comunidade de afeto”. Uma construção social baseada no sensível, possibilitando “tocar o sujeito” em direção a uma mudança reflexiva baseada num ideário freireano constitutivo de um projeto social de igualdade, superando diferenças entre mestre e aluno na busca do saber. A “comunidade do afeto” revela uma propositura de ações solidárias que conectam os indivíduos entre si e seus territórios, além de recuperar novas narrativas. Um projeto utópico para barrar as desigualdades instaladas no mundo e no Brasil.

Conforme a autora assinala em outro momento (1998, p.11), o “espírito do comum” se confirma na solidariedade vivenciada dentro das comunidades como uma forma estratégica de os sujeitos que vivem às margens ou com poucos recursos construir um saber particular local. Para a autora, tal estratégia deveria ser semeada nas e pelas instituições públicas como uma nova forma de agir do Estado, do mesmo modo que os movimentos sociais devem conceber e elaborar projetos de resistência em relação ao modelo individual imposto pelo capitalismo globalizado, no afã de provar ser possível construir novos modelos sociais, baseados no agir em comum, no afeto e na crença no humano.

AGROECOLOGIA: CONTRA A DESERTIFICAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Forma de conhecimento coletivo que articula ciências e saberes tradicionais, a agroecologia tem se desenvolvido no Brasil desde meados dos anos 1970. A constituição desse campo de reflexão e ação sobre a realidade brasileira se articula local, regional e nacionalmente em uma série de articulações^[6] nas quais os “verdejantes” se envolvem. De certo modo, quando falamos de agroecologia,

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004, p. 90).

É possível vincular a agroecologia ao pensamento crítico decolonial na América Latina. Essa matriz epistemológica proveniente do Sul Global sugere que mudanças sociais, políticas e econômicas promotoras de transformações civilizatórias capazes de conter a desertificação do mundo devem ser ancoradas nas vivências, na sabedoria ancestral dos povos originários e nas práticas da solidariedade. Parte, portanto, da restituição da simetria entre o pensamento científico e o conhecimento popular rompido pela “monocultura do saber” (SANTOS, 2010), instaurada pelo Norte Global.

Como afirma o filósofo Boaventura de Souza Santos (2010), não existe uma forma única de conhecimento válido, visto que toda e qualquer experiência social abarca diferentes fundamentações epistemológicas. Tais reflexões nos convidam a pensar outros paradigmas para a ideia de desenvolvimento capazes de combater a desertificação do mundo que, vale dizer, não diz respeito apenas a questões ambientais, mas também a relações sociais e subjetivas.

As epistemologias do sul buscam uma descolonização do saber, dando voz àqueles que estão à margem do sistema técnico-científico forjado nas sociedades centrais do capitalismo. É preciso, portanto, combater a monocultura do saber científico com o elogio à ecologia dos saberes, ou seja, ao transformar as ausências, isto é, as práticas cotidianas dos movimentos sociais, em presenças dignas de serem reconhecidas como produtoras de conhecimento. Refletindo, por exemplo, sobre as práticas da economia solidária, ele afirma que é preciso uma

[...] recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou” (2010, p. 113 e p. 114).

As populações do Sul Global apresentam uma enorme diversidade e pluralidade de valores éticos, modos de vida e saberes que diferem dos princípios cunhados pela modernidade ocidental. Tais valores são, muitas vezes, classificados pelo olhar ocidental como participantes de um mundo incivilizado, primitivo, irracional ou atrasado que não é capaz de gerar formas de vida ou produzir o conhecimento necessário aos problemas enfrentados pelo planeta em desertificação.

Nesse sentido, vale a pena ouvir outra vez algumas das pessoas que constroem a agroecologia na cidade do Rio de Janeiro. Conversando com o jovem “verdejante”, questionamos sobre como começou com as práticas de compostagem, se envolvendo com o Verdejar Socioambiental e com o movimento agroecológico do Rio de Janeiro. Ele nos disse que

Eu venho do interior né, eu sou de Sapucaia... Então eu já tinha uma coisa de natureza dentro de mim, eu já vivia isso com minha avó e com meus tios... E até sozinho mesmo, dentro das matas. Eu era adolescente, né? Então foi muito importante... Então encontrar o Verdejar naquela fase da minha vida foi muito importante porque eu comecei a ocupar meu tempo e aprendi várias coisas...^[7]

Antes, portanto, de algo que se aprende nos livros a partir de uma depuração do conhecimento proporcionado pela ciência, a agroecologia foi muito mais um encontro com algo que esse jovem de certo modo “já sabia”, uma vez que fazia parte de seu modo de habitar o mundo.

Essa fala ressoa em muitas outras que ouvimos pela cidade ao acompanharmos as atividades dos “verdejantes”. Em setembro de 2019, participamos com eles de uma atividade de culinária oferecida por uma liderança quilombola na Zona Oeste da cidade, parte das iniciativas de solidariedade que a agroecologia carioca proporciona. Ao final do encontro – no qual se ensinou a preparar um refogado de mamão verde com carne seca, uma receita ancestral – participamos de uma roda de conversa, na qual ouvimos o seguinte de nossa oficinaira:

Eu queria falar só um pouco da agroecologia... Ela é um modo de vida indígena e quilombola. Ela não é algo que nasceu hoje e nem é o que está em alguns livros... Ela é um modo de vida que tem essa ligação direta com a terra, com a Natureza e com tudo isso. Porque os índios e os negros foram os primeiros a comerem raízes e outras plantas que estão aí na culinária brasileira até hoje... Entre tantas outras coisas... É importante que vocês levem isso para casa e para o pensamento... Toda vez que vocês ouvirem falar de agroecologia saber que ela não é uma coisa que nasce agora... É uma coisa que nasce com a gente e está aqui e agora. É uma preocupação da vida como um todo...^[8]

Essas experiências da agroecologia do Rio de Janeiro fazem ressoar o pensamento tradicional, como exemplifica Ailton Krenak (2020a) ao fazer profunda crítica à distinção entre pessoas e natureza, afinal a “[...] ideia de que nós, os humanos, nos descolamos da terra, vivendo uma abstração civilizatória, é absurda” (KRENAK, 2020a, p. 22). Ainda, segundo ele, “[...] quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista”. (KRENAK, 2020a, p. 49). A desertificação do mundo, portanto, não é apenas ambiental, mas também social e subjetiva.

Talvez a simbiose entre humanos e não humanos, tão necessária para conter a desertificação do planeta, possa ser encontrada no pensamento originário que se entretetece nas práticas agroecológicas da cidade do Rio de Janeiro. Novamente, é Krenak (2020b) quem nos chama a atenção para as possibilidades de expansão de nossa subjetividade e de atenção ao prolongamento da vida. A que envolve lidar detidamente com a terra, como acontecem com as práticas de compostagem, pode ser um caminho, afinal

Alguns povos têm um entendimento de que nossos corpos estão relacionados com tudo o que é vida, que os ciclos da Terra são também os ciclos de nossos corpos. [...] Quando ele [o corpo] fica muito perto da terra, há um tipo de humanidade que, por suas experiências culturais, sente essa pressão. (KRENAK, 2020b, p. 45 e p. 46)

O saber dos povos originários nos mostra que as florestas são entidades dotadas de inteligência e que compartilham seus genes conosco. Assim, precisamos sair do quadrado das habitações e experimentar fazer uma relação cósmica com o mundo, para ouvir as vozes das montanhas, o tremor da terra, o lamento das águas e sentir a potência exuberante da natureza, como acontece nas composteiras da Serra da Misericórdia.

As composteiras não são apenas uma técnica de produção de biofertilizantes que gera reequilíbrio ambiental. Elas são mediadoras da agroecologia na Zona Norte do Rio de Janeiro. Promovem o conhecimento da história local, a partilha dos mitos de fundação de movimentos populares e proporcionam a construção coletiva de conhecimento através da troca de saberes fundamentais no combate à desertificação do mundo.

Elas vêm ao encontro do pensamento de Leonardo Boff (2022), que destaca que o cuidado com a terra representa o global, e o cuidado com o próprio nicho ecológico representa o local, quando o ser humano coloca os pés no chão, ele representa o local e, quando sua cabeça está aberta e orientada para o infinito, ele representa o global. Mas, somente na lógica do coração encontramos a justa medida para se alcançar o equilíbrio, onde cada sujeito precisa se descobrir como parte do ecossistema de onde habita em conjunto com sua comunidade, tanto pela via da natureza como pela via da cultura.

Cuidado com o meio ambiente envolve utilizar seus recursos, reciclar materiais, conservar a biodiversidade etc. Outra coisa fundamental para Boff é que os indivíduos precisam conhecer a história do local, as populações que ali habitaram, seus mitos, heroínas e heróis; isto é, seus ancestrais fundadores da civilização local. O cuidado com o nicho ecológico se observa com a “troca de saberes”, em que o saber popular contido nos mitos, nas lendas e na tradição dos mais velhos seja confrontado e complementado ao saber tecnológico e científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental que vivemos toma forma na metáfora de uma desertificação do mundo, que possui natureza tríplice: ambiental, social e subjetiva. Neste artigo, demonstramos como a agroecologia, uma epistemologia do sul, se insere nesse cenário de destruição física e riscos globais, realizando uma transfiguração da matéria, das relações sociais e da subjetividade a partir das práticas da compostagem residencial.

Num primeiro momento, realizamos um breve percurso pela história cultural da cidade, com interesse particular em dois elementos constituintes do imaginário ocidental sobre o tema e pautado no binômio pureza-polução: as florestas que a cidade tenta proteger e as montanhas de lixo que tenta ocultar são os dois lados de uma mesma questão.

O segundo momento foi dedicado à apresentação do último fragmento florestal da Zona Norte carioca, a região mais densamente povoada da cidade. Também descrevemos a trajetória de um grupo de “agroecologistas” atuantes nas favelas que circulam essa montanha em uma de suas atividades mais rotineiras: a compostagem de resíduos produzidos pela floresta e pelas casas da favela.

O terceiro movimento foi dedicado à transfiguração operada tanto na matéria quanto nas relações sociais quando a compostagem é tida como um compromisso coletivo. Nesse sentido, ela não apenas reordena simbolicamente o lixo à categoria de resíduo, mas converte ambos em biofertilizantes que são reinseridos no ciclo da vida. Desta maneira, e se levada a sério, ela gera um tipo de laço comunitário mediatizado por um não humano muito especial: a própria composteira.

O quarto movimento foi dedicado à apresentação da agroecologia enquanto epistemologia do sul, tendo particular atenção às práticas que ela conhece na cidade do Rio de Janeiro. Sua presença nesta cidade tem as cores dos quilombos, as vozes das favelas e os conhecimentos das populações migrantes, formas populares de conhecimento que a ciência moderna tenta sempre alijar de seus domínios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro : Zahar, 2018.
- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004.
- COCCIA, Emanuele. *Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2020.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DRUMMOND, José Augusto Leitão. *O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: *Revista de Estudos Históricos*, vol.1, n.2, p. 276-298, 1998.

- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas públicas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. Tese [Antropologia]. Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ, 2009.
- GUATTARI, Félix. *As Tres Ecologias*. Campinas (SP): Papyrus, 1990.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo : Companhia das Letras, 2020a.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020b.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; EDUSC, 2012.
- LIMA, Maria Raquel Passos. *O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2021.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- PAIVA, Raquel. *A comunicação comunitária e a utopia freireana*. In: SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar. *Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva*. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2020.
- PAIVA, Raquel. *Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto*. *MATRIZES*, [S. l.], v. 6, n. 1-2, p. 63-76, 2012. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v6i1-2p63-76. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/48050>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- PAIVA, Raquel. *O espírito do comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PETRUS, Fernanda; CORRÊA DO LAGO, Luciana; FERRER, Luisa. *Agricultura urbana e direito à cidade*. In: RIBEIRO, Luiz Cezar Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (orgs.). *Reforma urbana e direito à cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
- SANTOS, Boaventura Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.
- TUFTE, Thomas. *Communication for social change: a citizen perspective*. London: Polity Press, 2017.

-
- [1] Disponível em: <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>. Acesso em: 27 dez. 2022.
 - [2] Disponível em: <http://sigfloresta.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 22 dez. 2022.
 - [3] Disponível em: <https://www.verdejar.org/o-macico>. Acesso em: 22 dez. 2022.
 - [4] Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/lixo2.htm>. Acesso em: 22 dez. 2022.
 - [5] Disponível em: https://www.verdejar.org/_files/ugd/562591_069c68dad85e43d09b7d7e064dcbeaea.pdf. Acesso em: 26 dez. 2022.
 - [6] Dentre as quais a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fundada em 2002, a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), fundada em 2006, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), fundada em 2009 e o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), fundado na década de 2010.
 - [7] Em entrevista aos autores em fevereiro de 2019.
 - [8] Em entrevista aos autores em 28 de setembro de 2019.